

PENSANDO A DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS

Anderson Ferrari*

Roney Polato de Castro**

A utilização do verbo “pensar” no gerúndio – “pensando” – é proposital. Da forma que é utilizado no título, ele transmite a ideia de uma ação que está em processo, ao mesmo tempo que nos remete a uma ideia de passado, algo que não começou agora, mas que possui uma trajetória. Ao sermos convidados para escrever este artigo, queríamos associar essas duas ideias. Escrever sobre a diversidade nas escolas não é algo novo para nós. As temáticas que compõem o que chamamos de diversidades sexuais, tais como corpo, gênero, subjetividades, enquadramentos, identidades, fazem parte das nossas trajetórias de investigação. Mas não pesquisamos as diversidades sexuais desprovidas de um contexto. Quando nos propomos a colocar essa questão em discussão, o fazemos a partir do contexto escolar e seus múltiplos desdobramentos, naquilo que se vincula a um entendimento de educação como algo que ocorre no interior das escolas ou mesmo como processos mais abrangentes de constituição dos sujeitos.

Nesse sentido, quase sempre tomamos acontecimentos ocorridos nas escolas como detonadores das discussões, o que nos aproxima dos/ as leitores/as na medida em que trazemos situações conhecidas ou reconhecidas por muitos de nós e que nos ajudam a problematizar isso que chamamos escola e educação. Portanto, para este artigo queremos tomar uma peça de teatro e seu contexto de criação como suporte para discussão em torno da presença e problematização das diversidades nas escolas. Uma peça intitulada “Atravessando a ponte”, encenada por adolescentes de 14 a 20 anos de uma escola pública federal. Um texto

*Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Professor da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora

escrito pela professora de arte da mesma escola, que conta a vivência de um grupo de adolescentes de uma escola, envolvidos com as deficiências estruturais de uma escola situada em um bairro vizinho, separadas por uma ponte. Podemos dizer que esta é a temática central da peça. No entanto, ela é mais do que isso. Na construção das personagens, a autora deu lugar à diversidade que compõe as escolas, trazendo para cena diferentes perfis e suas questões. Assim, temos uma menina branca que namora um menino negro e enfrenta o seu próprio preconceito, que não permite assumir o namoro. Um casal de adolescentes que descobre uma gravidez. Uma menina que é julgada por todos pelo seu desprendimento sexual e defende que é dona do seu próprio corpo e tem desejos. Um casal de meninas lésbicas. Um menino que se entrega à bebida. Enfim, um conjunto de problemáticas que poderíamos dizer que faz parte das adolescências ou mesmo da vida de muitas pessoas.

A peça por si só já nos possibilitaria um quadro interessante no que diz respeito à discussão da diversidade sexual, que é o foco desse artigo. No entanto, algo aconteceu para além dela. A autora organizou uma semana de apresentação e discussão com os alunos e alunas do Ensino Médio da própria escola, seguida de um debate aberto em que a plateia era convidada a participar junto com os atores e atrizes e com dois/duas professores/as convidados/as. Desta forma, as questões saíam do palco para tomar vida a partir dos relatos dos alunos e alunas. O teatro servia para que dessem um passo atrás e colocassem em análise os seus comportamentos diante da diversidade sexual. Nesse sentido, queremos tomar essa peça e o seu desdobramento para pensar a diversidade sexual na escola.

Diversidade sexual nas escolas

A instituição escolar, como a conhecemos, nasceu há alguns séculos e desde então vem passando por transformações. Nas últimas décadas, a educação escolar pública passou a ser compreendida como direito de todas e todos e isso vem provocando conflitos, acirrando as tensões, exigindo negociações e discussões sobre como lidar com a diversidade que habita as escolas. Falar da diversidade em uma escola pública federal em que o acesso é definido por sorteio público é evidenciar essa transformação de uma escola que antes não era para todos, mas que agora está mais democratizada no seu acesso. Em um dos momentos do debate sobre a peça, em que a autora informa que o texto começou a ser construído em 1995 e que teve sua primeira encenação em 2001, ela dizia da dificuldade de tratar da homossexualidade naquele

momento. Em 2001 as meninas sugeriam que eram lésbicas e estavam numa relação; diferente de agora, em 2014, em que elas não somente dizem abertamente que são namoradas, como reivindicam o direito a esse amor, num discurso que situa o preconceito e a discriminação como coisas atrasadas.

São essas situações que nos fazem colocar em suspeita a constituição da diversidade como algo ligado a essência dos sujeitos. Quando nos referimos à diversidade, pensamos que não se trata de tipos de sujeitos, categorias homogêneas construídas a partir de classificações. A diversidade é uma rede complexa e tensa, constituída de discursos e relações de poder, diz respeito aos modos pelos quais as diferenças são construídas e atribuídas aos sujeitos a partir de relações com as normas (LOURO, 2008). Construções que dizem de momentos históricos e realidades distintas, que variam de cultura para cultura e dentro de uma mesma cultura. Podemos pensar que uma peça como a que discutimos nesse artigo é possível dentro de uma escola pública federal em que a professora é concursada, e os limites de encenações como essas numa escola particular confessional, por exemplo. Como construção discursiva e social, a diversidade sexual faz parte das escolas porque faz parte do nosso dia a dia. Trabalhar com ela nas escolas diz de um entendimento e investimento em um tipo de educação problematizadora, que faça os meninos e meninas colocarem sob suspeita as formas de pensamento e ação.

Então, quando pensamos em diversidade sexual a que nos referimos? É comum que o significado de diversidade seja usado para se referir aos “outros”, aos “diferentes”, às ditas minorias sociais. Porém, consideramos importante pensar que essa concepção é reducionista e invisibiliza os processos de produção das diferenças e as relações de poder que as instituem. Ao nos referirmos à diversidade sexual pensamos em uma multiplicidade de modos de viver prazeres, desejos, relações, a partir de experiências construídas pelos sujeitos. Falar de diversidade sexual não é limitar-se, portanto, a falar de gays, lésbicas, bissexuais, mas incluir também na discussão os modos pelos quais são construídas as heterossexualidades. Um dos momentos centrais da peça diz da descoberta da gravidez na adolescência, que dá origem ao debate entre os amigos e amigas a respeito das diferentes formas de entender e lidar com desejo, amor e sexo. De um lado temos o discurso da personagem que namora um rapaz negro que diz que só irá se “entregar” no momento que encontrar um grande amor ou o “verdadeiro” amor; do outro, temos a personagem Dádiosa que transa, no segundo encontro, com um menino que tem namorada e é recriminada por isso e se defende: “eu também tenho desejo.

Não é só vocês meninos que têm direito ao desejo. O corpo é meu”.

Muito embora não haja uma centralidade nas personagens lésbicas, a temática da homossexualidade adquire força no debate com o público. Tomar a heterossexualidade como “natural”, e que, portanto, não cabe discussão, é algo que ocorre também em outras escolas em que somos chamados a falar sobre diversidade sexual. São as homossexualidades que parecem ser o “problema”, e muitas vezes assumidas dessa forma, encaminhadas como a busca para uma solução. Assim, são recorrentes perguntas como “qual a origem da homossexualidade?”, ou “por que uma pessoa é homossexual?”. Porém, quantas pessoas já se perguntaram sobre a origem da heterossexualidade e por que uma pessoa se torna heterossexual?

Pensar a diversidade sexual implica dizer que vivemos relações sociais pautadas na heteronormatividade, ou seja, no pressuposto natural de que a heterossexualidade seria a única forma legítima de exercício da sexualidade e que todas as pessoas devem ser educadas para tornarem-se heterossexuais (MISKOLCI, 2012). A heterossexualidade, portanto, seria a norma a partir da qual são construídas as diferenças, ou seja, a partir dela delimitam-se os “outros”, os “diferentes”. Nesse jogo instala-se uma dicotomia que polariza uma relação de poder heterossexual x homossexual, processo que invisibiliza outras possibilidades de experienciar os desejos e prazeres e que homogeneiza as experiências. Nesse sentido, destacamos a impossibilidade de nos referirmos a essas categorias no singular, ou seja, é necessário pensar nas sexualidades sempre no plural. Não existe um homossexual ou um heterossexual “típicos”, mas uma multiplicidade que nos desafia a lidar com as sexualidades também de modo plural.

A heteronormatividade implica uma relação normativa entre gênero e sexualidade e uma vigilância constante das fronteiras entre os gêneros. Ou seja, ser homem e ser mulher parece ser sinônimo de ser heterossexual. Se um menino tem atitudes que o aproximem da fronteira com o feminino ele se torna “diferente”; portanto, está passível de sofrer as punições reservadas a quem difere da norma. Num dos momentos mais emocionantes do debate em torno das homossexualidades, a partir da peça, uma adolescente negra pediu a palavra para relatar uma situação vivenciada, segundo ela, por uma amiga que se descobriu lésbica. E ela dizia da dificuldade dela em lidar com o afastamento dos amigos e amigas, dos familiares. As vivências das sexualidades nas escolas estão marcadas por regimes de disciplinamento, vigilância e punição dos corpos, como estes que dizem do afastamento dos amigos e amigas

quando são informados ou “descobrem” que alguém próximo se diz homossexual. A homossexualidade acaba se situando num processo de absolutização da identidade em que aquele/a que se “revela” ou é descoberto/a, deixa de ser o bom amigo/a, o bom filho/a, o bom aluno/a para se transformar “no/na” homossexual. As outras identidades são “abafadas” pela absolutização da identidade homossexual. Esse processo objetiva conter, disciplinar, controlar as expressões das sexualidades a partir da normatização das condutas no interior do espaço escolar. Em geral, os beijos, os abraços mais acalorados, andar de mãos dadas são atitudes pouco desejáveis e frequentemente condenadas. Quando essas atitudes se dão entre dois meninos ou entre duas meninas a situação é vista com espanto, temor de que outras/os estudantes sintam-se interessadas/os por um tipo de sexualidade ilegítima, anormal.

Apesar de termos conhecimento de que as práticas de “educação sexual” estão presentes nas escolas, pelo menos, desde o início do século XX, assumindo distintos “formatos” (aulas, palestras, orientações individuais, grupos de conversa, projetos, etc.), a diversidade sexual parece não ser tema de discussão, a não ser como comportamento a ser evitado, pecaminoso, errado. Não é por acaso que iniciativas como essas da escrita e encenação dessa peça nos chama atenção e diz dessa dificuldade. A autora narra que duas outras atrizes haviam se interessado pelas personagens lésbicas e que desistiram por receio das atitudes dos/as demais estudantes quando souberam que a peça seria encenada na escola. Quando existem práticas pedagógicas que dizem realizar “educação sexual”, em geral, são voltadas para o conhecimento da anatomia e fisiologia dos “sistemas reprodutores” e para informações acerca da prevenção de uma gravidez “precoce” e de doenças transmitidas pela via sexual. Importante esclarecer que não consideramos essas práticas como inválidas, portanto, não advogamos pela sua extinção ou proibição. Assumir uma prática pouco convencional de trabalhar as diversidades sexuais nas escolas como uma peça de teatro, de adolescentes para adolescentes, é uma forma de reforçar nosso argumento para que essas práticas relacionadas às disciplinas como Ciências e Biologia sejam repensadas a partir da problematização de seu caráter heteronormativo e biologicista, investindo nas sexualidades como construções sociais, culturais, históricas e discursivas. A ênfase na reprodução humana, em geral presente nas aulas de Ciências e Biologia ou nas palestras de profissionais da saúde, reforça a ideia de que somente deve haver exercício da sexualidade entre casais heterossexuais, em geral monogâmicos e adultos. A ênfase nas explicações biológicas promove uma naturalização de questões que são de ordem sociocultural, ou seja, aprendidas

pelos sujeitos a partir da relação com os regimes de verdade que compõem o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1999).

Quando falamos em diversidade sexual na escola há que considerar que nem sempre as experiências construídas nas relações pedagógicas escolares são positivas, ou seja, a escola pode se constituir em espaço onde os sujeitos experienciam situações de sofrimento. Assim, a homofobia pode ser pensada como materialização de preconceitos por meio de um conjunto de ações individuais, grupais ou institucionais de discriminação contra os sujeitos classificados como homossexuais, ou mesmo sujeitos que sejam colocados fora das fronteiras dos gêneros. Isso quer dizer que além das/os estudantes e docentes autoidentificados como gays e lésbicas, qualquer pessoa pode sofrer homofobia na escola, desde que suas atitudes causem suspeitas quanto à sexualidade. A homofobia manifesta-se, assim, nas piadas, insultos e xingamentos, nas violências físicas, psicológicas e morais sofridas pelos sujeitos em função da suspeita de que não sejam heterossexuais.

As homossexualidades estão presentes nas escolas, seja como tema, que emerge nas conversas e nas discussões em sala de aula, ou como fato, quando há sujeitos classificados ou autoidentificados como homossexuais (FERRARI, 2000). Nesse sentido, as escolas podem se constituir como espaço de questionamento dos preconceitos e das práticas discriminatórias, tendo em vista seu caráter de problematização da realidade. Cada vez mais as escolas vêm sendo acionadas nesse sentido, seja pelas/ os próprias/os estudantes, que pedem auxílio em suas dúvidas, angústias e nos casos de violência, seja pelas demandas de uma discussão mais ampla. As universidades e os movimentos sociais vêm fomentando a ideia de que as escolas podem se constituir em um espaço de enfrentamento à homofobia, ao machismo, ao racismo e de promoção de uma educação para novas relações sociais.

Tendo apresentado nossos argumentos para pensar a diversidade sexual nas escolas, apostamos que eles sirvam para provocar outros modos de pensar essa relação. Assim como no caso da peça “Atravessando a ponte”, que possamos nos abrir aos outros, nos tornar sensíveis aos sofrimentos experienciados e passar a encarar os preconceitos como algo intolerável, nas escolas e nas relações sociais de modo mais amplo. Ao invés de construir barreiras, que possamos construir pontes e transitar a partir delas, assumindo as sexualidades menos como enquadramentos e mais como práticas de liberdade.

Referências

FERRARI, Anderson. **O professor frente ao homoerotismo masculino no contexto escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pró-posições, Campinas, v. 9, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP, 2012